



TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 48051.000540/2019-32

1. DO OBJETO

1.1. Contratação dos serviços de locação de veículos, sob demanda, inclusos combustível e motorista, para pagamento por diária, objetivando atender necessidades das Unidades Regionais da Agência Nacional de Mineração - ANM nos Estados da BA, GO, MG, MT, PA, RS, SC e SP, para utilização nas ações de fiscalização de campo, conforme condições quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Adicionalmente haverá pagamentos por quilometro rodado, de modo a suportar o gasto com combustível da Contrata, conforme especificado neste Termo de Referência.

1.3. Também haverá ressarcimento por pernoite, pedágio, balsa e estacionamento, tendo em vista a imprevisibilidade dos eventos, conforme especificações neste Termo de Referência.

Item	Descrição/Especificação	Unid. de Medida	Quant. Estimada	Valor Unitário Máximo Aceitável Custo Diária (Veic. + Mot.) (A)	Valor Ressarc. * (KM rod. + Pern...) (B)	Valor Unitário Máximo Aceitável Diária + Ressarc. (A) + (B)
1	Locação de veículo tipo picape, 4x4, com motorista (L200, Ranger, S10, etc.) para uso das Unidades da Agência Nacional de Mineração - ANM nos Estados da BA, GO, MG, MT, PA, RS, SC e SP nas ações de fiscalização de campo	Diária	823	R\$ 598,01	R\$ 234,88	R\$ 832,89
2	Locação de veículo tipo SUV com motorista (Tracker, EcoSport, Duster, etc.) para uso das Unidades da Agência Nacional de Mineração - ANM nos Estados da BA, GO, MG, MT, PA, RS, SC e SP nas ações de fiscalização de campo	Diária	777	R\$ 417,01	R\$ 220,58	R\$ 637,59
3	Locação de veículo de passeio flex, 1.4, com motorista (Gol, Uno, Sandero, etc.) para uso das Unidades da Agência Nacional de Mineração - ANM nos Estados da BA, GO, MG, MT, PA, RS, SC e SP nas ações de fiscalização de campo	Diária	306	R\$ 324,11	R\$ 145,21	R\$ 469,32

Quantidade anual estimada de diárias - veículo c/ motorista	1906 diárias/ano
---	------------------

Valor anual máximo com diárias para locação de veículos com motorista (A)	R\$ 915.356,66
Valor anual máximo da provisão p/ ressarcimento p/ quilometro rodado, pernoite, pedágio, etc... * (B)	R\$ 409.131,16
Valor anual máximo estimado da Contratação (A) + (B)	R\$ 1.324.487,82

* valores fixos, não serão objeto de disputa.

1.4. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, eis que possui padrão de desempenho e qualidade passível de definição objetiva em edital, através de especificações usuais do mercado.

1.5. Os quantitativos estimados são os discriminados na tabela acima cujo código de serviço (CATSER) é o 25089.

1.6. A proposta a ser ofertada deverá ter como base o valor unitário da diária (veículo, motorista, manutenção, seguro, lucratividade, tributos, etc.), de responsabilidade da licitante, adicionado do custo fixo estimado pela administração para provisão a título de ressarcimento por quilometro rodado (combustível), pernoite, pedágios, etc.

1.7. O Licitante deverá preencher planilha de custos, a ser anexada ao sistema eletrônico, apenas com o valor referente ao custo da diária do veículo com motorista, já embutido os custos deles decorrentes, sendo os demais valores fixos para fins de provisionamento, conforme planilha que segue em anexo.

1.8. Os valores provisionados para ressarcimento não serão alterados para preservar a isonomia do processo licitatório.

1.9. A presente contratação adotará como regime de execução a *Empreitada por Preço Unitário*.

1.10. O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de locação de veículos com motorista, conforme necessidade da ANM, mediante demanda, para pagamento por diária, para deslocamento no âmbito das Unidades da Federação listadas abaixo, com partida dos seguintes endereços:

BA

Gerência Regional no Estado da Bahia
Avenida Ulysses Guimarães nº 650 - Sussuarana
Centro Administrativo da Bahia – Ala Federal
Salvador - BA - CEP 41213-000

Tel.: (71) 3444-5508, (71) 3444-5550 e (71) 3444-5540

E-mail: dnpm-ba@anm.gov.br

GO

Gerência Regional no Estado de Goiás
Rua 84, nº 593 - Setor Sul
Goiânia - GO - CEP 74080-400
Tel: (62) 3230-5200, (62) 3230-5222 e (62) 3230-5270
E-mail: dnpm-go@anm.gov.br

MG

Gerência Regional no Estado de Minas Gerais
Praça Milton Campos, 201 - Serra
Belo Horizonte - MG - CEP 30130-040
Tel.: (31) 3194-1200 e (31) 3194-1281
E-mail: dnpm-mg@anm.gov.br

MT

Gerência Regional no Estado do Mato Grosso
Rua da Fé, 177 - Jardim Primavera
Cuiabá - MT - CEP 78030-090
Tel.: (65) 2193 0100 e (65) 2193 0126
E-mail: dnpm-mt@anm.gov.br

PA

Gerente Regional no Estado do Pará
Av. Almirante Barroso, 1.839 - Marco
Belém - PA - CEP 66093-020
Tel.: (91) 3299-4550, 3299-4551 e (91) 3299-4550
E-mail: dnpm-pa@anm.gov.br

RS

Gerência Regional no Estado do Rio Grande do Sul
Rua Washington Luiz, 815 - Centro
Porto Alegre - RS - CEP 90010-460
Tel.: (51) 3079-6500
E-mail: dnpm-rs@anm.gov.br

SC

Gerência Regional no Estado de Santa Catarina
Rua Álvaro Millen da Silveira, 104 Centro
Florianópolis - SC - CEP 88020-180
Tel.: (48) 3216-2300, 3216-2301 e (48) 3216-2334
E-mail: dnpm-sc@anm.gov.br

SP

Gerência Regional no Estado de São Paulo
Rua Loefgren, 2225 - Vila Clementino
São Paulo - SP - CEP 04040-033
Tel.: (11) 5549-5533, (11) 5549-7135, (11) 5549-8954, (11) 5549-6094 e (11) 5906-0409
E-mail: dnpm-sp@anm.gov.br

3.2. A Contratada é responsável pelo abastecimento de combustível dos veículos disponibilizados, cuja despesa será ressarcida por quilometro rodado, observando-se os seguintes critérios:

3.2.1. O custo do quilometro rodado será conhecido obedecendo à cotação mensal efetuada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), de acordo com o preço médio (entre o valor mínimo e máximo) para o mês e a Unidade da Federação em que o serviço foi prestado. Caso o levantamento de preços não abranja o mês completo, poderá ser utilizado o período proporcional já divulgado pela ANP.

3.2.2. A apuração da quantidade de quilometro rodado para fins de

pagamento considerará a distância percorrida entre o endereço inicial de partida e o retorno para o mesmo ponto, a partir dos endereços listados no subitem 3.1 acima, conforme registrado em documento próprio, além dos seguintes parâmetros:

3.2.2.1. Veículos 4x4: 1 (um) litro de combustível para cada 08 (oito) quilômetros rodados, sendo utilizado diesel S10;

3.2.2.2. Veículo SUV: 1 (um) litro de combustível para cada 10 (dez) quilômetros rodados, se utilizada gasolina aditivada ou a cada 07 (sete) quilômetros rodados se utilizado etanol;

3.2.2.3. Veículo passeio: 1 (um) litro de combustível para cada 12 (doze) quilômetros rodados, se utilizada gasolina aditivada ou a cada 08 (oito) quilômetros rodados se utilizado etanol;

3.2.2.4. Por exemplo, caso o custo médio da gasolina em determinado mês seja de R\$ 4,70, o custo do quilômetro rodado para o veículo tipo "SUV", será o resultado da divisão de R\$ 4,70 por 10km/l, sendo o valor de R\$ 0,47.

3.2.2.5. Assim, no exemplo acima, caso o veículo SUV tenha rodado 250km no mês, o valor a ser pago à Contrata a título de quilômetro rodado será de R\$ 117,50; ou seja, R\$ 0,47 x 250km.

3.2.2.6. Tal metodologia visa proteger a relação equilíbrio econômico-financeiro, para dar bom andamento ao Contrato, tornando a relação vantajosa tanto para a Contrata como para a ANM.

3.2.2.7. A eficiência energética de consumo fixada nos itens 3.2.2.1 até 3.2.2.3 serão fixas, para padronização dos pagamentos, cabendo a Contratada a realização de boa manutenção dos veículos e/ou uso de carros mais econômicos.

3.2.2.8. A estimativa de consumo foi obtida com base em relatório do INMETRO de consumo de combustíveis, tendo como referência a rodagem na cidade, tendo em vista que o tráfego esperado dos veículos englobará além de estradas, igualmente o uso em estradas vicinais ou ruas de cidades do interior.

3.2.3. A Contratada deverá efetuar o abastecimento observando sempre para a utilização daquele que seja menos poluente;

3.3. Custos com pedágios, balsas e estacionamento serão pagos pela Contratada e ressarcidos posteriormente pela ANM, desde que comprovada a necessidade do serviço e cujos valores estejam compatíveis com a realidade de mercado.

3.4. O custo por evento de pernoite do motorista será pago pela Contratada e ressarcido posteriormente pela ANM, desde que comprovado, não sendo superior ao valor de **R\$ 106,20**, que corresponde a 60% do valor da indenização aos servidores públicos federais nos "Demais deslocamento", previsto na letra F), Anexo I, do Decreto 5.992, de 2006.

3.5. A contratada deverá fornecer cartão para abastecimento de combustível, para uso em rede credenciada de postos, ou outro meio que possibilite abastecimento pelo motorista em viagem.

3.6. Nos casos de cidades em que hajam postos de combustível que aceitem somente pagamento em dinheiro, o motorista da Contratada deverá possuir numerário para pagamento em espécie.

3.7. Os pagamentos relativos as diárias, após a devida consolidação e emissão de nota fiscal mensal, serão pagas no mês subsequente ao da utilização.

3.8. Haverá deslocamento máximo de 8h por dia, devendo o motorista efetuar pausa para intervalo de almoço, café e descanso conforme a necessidade, não admitindo-se a extensão da jornada, ou condução em horário noturno, a fim de preservar o conforto e a segurança dos servidores e motorista.

3.9. Em casos excepcionais, as horas extras, desde que justificadas, por necessidade da viagem, serão autorizadas, com pagamento complementar efetuado da ANM para a Contratada, sendo que a hora-extra do motorista será calculada na proporção de 1/8 (um oitavo) da diária, acrescida de cinquenta por cento.

3.10. Em casos excepcionais, o deslocamento noturno, desde que justificado por necessidade de viagem, será autorizado, com pagamento complementar efetuado da ANM para a Contratada, sendo que a hora-extra do motorista será calculada na proporção de 1/8 (um oitavo) da diária acrescida de setenta por cento.

3.11. Deverão ser observados os critérios de descanso do motorista, conforme segue, e no que couber a [Lei nº 13.103, de 2015](#):

3.11.1. É vedado ao motorista profissional dirigir por mais de 5 (cinco) horas e meia ininterruptas o veículo.

3.11.2. Serão observados 30 (trinta) minutos para descanso a cada 4 (quatro) horas na condução de veículo.

3.11.3. Em situações excepcionais de inobservância justificada do tempo de direção, devidamente registradas, o tempo de direção poderá ser elevado pelo período necessário para que o condutor, o veículo e a carga cheguem a um lugar que ofereça a segurança e o atendimento demandados, desde que não haja comprometimento da segurança rodoviária.

3.11.4. O condutor é obrigado, dentro do período de 24 (vinte e quatro) horas, a observar o mínimo de 11 (onze) horas de descanso.

3.11.5. A jornada diária de trabalho do motorista profissional será de 8 (oito) horas, admitindo-se a sua prorrogação por até 2 (duas) horas extraordinárias ou, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo, por até 4 (quatro) horas extraordinárias, ressaltando que trata-se de situação excepcionalíssima.

3.12. Os veículos devem chegar na sede da Regional da ANM no horário agendado, conforme indicado na ordem de serviço a ser expedida no prazo mínimo de 24 horas de antecedência do horário da viagem/deslocamento.

3.13. O número de diárias (aluguel dos veículos e custo do motorista) a serem pagos, ocorrerá por dia de utilização de veículos, no período intercorrido máximo de 24 horas, sendo que para cada hora excedente se calculará 1/6, limitado ao valor de uma diária, por exemplo:

3.13.1. viagem de segunda até sexta, saída 9h-segunda, volta 18h-sexta para a sede da Regional: pagamento de cinco diárias;

3.13.2. viagem de segunda até sexta, saída 15h-segunda, volta 15h-sexta para a sede da Regional: pagamento de quatro diárias;

3.13.3. viagem de um dia, com saída às 9h e volta 18h, no mesmo dia: pagamento de uma diária;

3.13.4. viagem de dois dias, com saída às 10h e volta às 10h no dia subsequente: pagamento de uma diária;

3.13.5. viagem de dois dias, com saída às 10h e volta às 9h no dia subsequente: pagamento de uma diária;

3.13.6. viagem de dois dias, com saída às 10h e volta às 11h no dia subsequente: pagamento de uma diária e 1/6 de de excedente.

3.14. A responsabilidade pela apresentação dos veículos na ANM e o retorno as instalações da empresa cabe a Licitante Contratada, sendo os horários de chegada/saída dos veículos nos endereços das Unidades Regionais registrados em documento próprio.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os profissionais da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte, não se tratando de rol exaustivo:

5.1.1. disponibilizar veículos com motorista, sob demanda, conforme necessidades da ANM, de acordo com as seguintes categorias:

5.1.1.1. veículo tipo caminhonete 4x4, com motorista (L200, Ranger, S10, etc.);

5.1.1.2. veículo tipo SUV, com motorista (Tracker, EcoSport, Duster, etc.);

5.1.1.3. veículo de passeio, flex, 1.4, com motorista (Gol, Uno, Sandero, etc.).

5.1.2. disponibilizar profissionais motoristas habilitados (CBO 7823), devidamente registrados, de acordo com os seguintes requisitos mínimos:

5.1.2.1. Categoria B;

5.1.2.2. EAR - "Exerce atividade remunerada";

5.1.2.3. Carteira de motorista válida;

5.1.2.4. devidamente uniformizado;

5.1.2.5. um ano de experiência;

5.1.2.6. curso de direção defensiva;

5.1.2.7. ensino médio completo;

5.1.2.8. pernoite, alimentação e transporte às custas da Contratada.

5.1.3. os veículos disponibilizados devem atender, no mínimo:

5.1.3.1. CRVs regulares;

5.1.3.2. itens de segurança e em perfeitas condições de uso, de acordo com o estabelecido nas Resoluções do CONTRAN e DENATRAN;

5.1.3.3. máximo de 5 anos de vida útil desde o primeiro licenciamento;

5.1.3.4. manutenção corretiva e preventiva regulares a cargo da Contratada;

5.1.3.5. cartão-combustível fornecido pela Contratada, pra uso em rede credenciada, ou outro meio que possibilite abastecimento em viagem;

5.1.3.6. seguro com apólice vigente do casco, contra furto/roubo danos a terceiros e danos pessoais, conforme limites abaixo, sem franquia para o Contratante (ANM):

COBERTURA	LIMITE
danos corporais a terceiros	R\$ 100.000,00
danos materiais a terceiros	R\$ 50.000,00
danos morais a terceiros	R\$5.000,00
veículo	tabela FIPE

5.1.3.7. emissão de material poluente dentro das margens toleradas pela legislação, não permitindo-se a emissão de fumaça preta, especialmente para os veículos a óleo diesel utilizados na prestação dos serviços, sob pena de rescisão contratual.

5.1.4. conforme a categoria, os veículos devem possuir, no mínimo, as seguintes especificações técnicas:

5.1.4.1. veículo tipo caminhonete 4x4, modelo de referência L200, Ranger, S10, Frontier, Hilux ou semelhante:

- a) cabine dupla;
- b) 4 (quatro) portas;
- c) motor 2.0 ou acima;
- d) 4x4;
- e) direção hidráulica ou elétrica;
- f) ar condicionado;
- g) travas elétricas;
- h) protetor de caçamba;
- i) capota marítima ou outro meio de qualidade igual/superior visando proteger e impermeabilizar bagagens e equipamentos transportados no compartimento de carga;
- j) sonorização AM/FM.

5.1.4.2. veículo tipo SUV, modelo de referência Duster, Ecosport, Nissan Kicks, Jeep Renegade ou semelhante:

- a) motor 1.5 ou acima;
- b) 4 portas;
- c) direção hidráulica ou elétrica;
- d) ar condicionado;
- e) travas elétricas;
- f) sonorização AM/FM;
- g) capacidade 3 malas grandes e 2 pequenas.

5.1.4.3. veículo de passeio, modelo de referência Ka, Onix, Argo, HB20, 208, Gol, Polo, New March, Sandero, Novo Uno ou semelhante:

- a) motor 1.4 ou acima;
- b) direção hidráulica ou elétrica;
- c) 4 portas;
- d) ar condicionado;
- e) travas elétricas;
- f) sonorização AM/FM;
- g) capacidade duas malas grandes e uma mala pequena;

5.1.5. os veículos com motorista serão disponibilizados por demanda (chamado), mediante emissão de ordem de serviço/deslocamento.

5.1.6. o pagamento será quantificado por dia de utilização do veículo, sendo pago mensalmente, conforme explicitado neste Termo.

5.1.7. o pernoite do motorista, conforme demanda, será ressarcido mediante comprovação da Contratada, limitado ao valor de **R\$ 106,20**, conforme explicitado neste Termo.

5.1.8. apresentar o veículo na sede da Regional da ANM no horário agendado, conforme indicado na ordem de serviço/deslocamento a ser expedida no prazo mínimo de 24 horas de antecedência do horário da viagem/deslocamento.

5.1.9. o início e término do deslocamento terá como referência o endereço da Unidade da ANM que expedir a ordem de serviço/deslocamento. A responsabilidade do trajeto entre a sede da ANM e as instalações da empresa cabe a licitante Contratada.

5.1.10. os veículos devem ser disponibilizados em perfeito estado de funcionamento, limpos e higienizados.

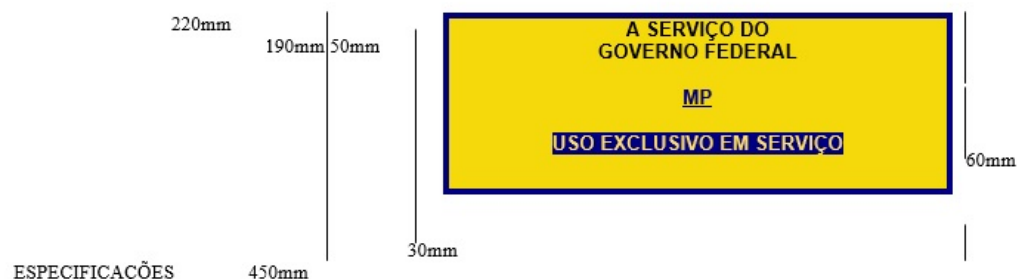
5.1.11. os custos com manutenção e lavagem deverão estar embutidos no preço das diárias, sem custo adicional à ANM.

5.1.12. sempre que necessário, a Contratada deverá providenciar a substituição e/ou socorro mecânico dos veículos avariados, no menor prazo de tempo, correndo as despesas por conta da empresa, sendo o pagamento da diária realizado em valor proporcional ao tempo de disponibilidade do veículo.

5.1.13. prover a identificação do órgão mediante a utilização de mantas magnéticas, ou outro método que permita sua identificação temporária, em que o veículo estiver sob uso demandado pela ANM, conforme [Instrução Normativa SLTI/MPDG nº 03/2008](#), [Anexo VII](#), substituindo o termo exemplificativo "MP" por "ANM":

Os elementos da identificação visual prevista no Art. 20 terão as seguintes especificações:

MATERIAL: MANTA MAGNÉTICA MEDINDO 220mm X 450mm



1 - "A SERVIÇO DO GOVERNO FEDERAL"

LETRAS TIPO HELVÉTICA MÉDIA, CAIXA ALTA, NEGRITO COM 20 mm DE ALTURA NA COR PRETA.

2 - SIGLA DO ÓRGÃO / ENTIDADE

LETRAS TIPO HELVÉTICA MÉDIA, CAIXA ALTA, NEGRITO COM 50 mm DE ALTURA NA COR AZUL MARINHO (pantone 2597 cv).

3 - SUBLINHADO

COM 3 mm E A 5 mm DE DISTÂNCIA DA Sigla do ÓRGÃO

4 - "USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO"

LETRA TIPO HELVÉTICA NORMAL, CAIXA ALTA, COM 20 mm DE ALTURA NA COR AMARELO OURO (PANTONE 108 CV), INSCRITA EM TARJA AZUL MARINHO (pantone 2597 cv), DE 30mm DE COMPRIMENTO E 380mm DE LARGURA.

5 - BORDA NA COR AZUL MARINHO (pantone 2597 cv), COM LARGURA DE 5mm.

6 - FUNDO NA COR AMARELO OURO (PANTONE 108 CV).

5.1.14. vistoria opcional nos locais de execução dos serviços.

5.1.15. instalar e manter sede, filial ou escritório na cidade ou região metropolitana onde se realizarão os serviços.

5.1.16. comprovar que tenha executado serviços compatíveis em quantidades e especificações com o objeto da contratação em período não inferior a 3 (três) anos.

5.1.17. comprovar que possui infraestrutura de pessoal, técnica e operacional para executar o objeto do futuro contrato.

5.1.18. declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias à prestação dos serviços.

5.1.19. a quantidade estimada de locação de diárias para deslocamentos com pernoite ao mês é mostrada no quadro abaixo:

UF	Quantidade de Diárias estimada / mês (todas categorias de veículos)	Nº Deslocamentos estimado / mês c/ 4 diárias e 4 pernoites (todas categorias de veículos)	Total estimado KM rodado/ mês (todas categorias de veículos)
BA	08	02 deslocamentos até 02 veículos	1.920km
GO	31	07 deslocamentos até 02 veículos	6.825km
MG	45	11 deslocamentos até 03 veículos	9.762km
MT	15	03 deslocamentos até 02 veículos	3.583km
PA	31	07 deslocamentos até 02 veículos	7.262km
RS	09	02 deslocamentos até 02 veículos	2.170km
SC	12	03 deslocamentos até 02 veículos	3.029km
SP	06	01 deslocamento e 01 veículo	1.329km

5.2. A definição dos requisitos foram efetuadas com base em parâmetro legais padronizados pelo governo federal, necessidades de serviço e condições usuais de mercado, de modo a não restringir a competição, mediante consulta as seguintes fontes:

5.2.1. caderno de logística de prestação de serviços de transportes do

governo federal, [disponível aqui](#);

5.2.2. sítio eletrônico de empresas do ramo para especificações técnicas dos carros, conforme o grupos "passeio", "SUV" e "4x4", [Localiza](#), [Unidas](#), [Movida](#).

5.2.3. pregão 10/2015, UASG: 253003, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS);

5.2.4. pregão 14/2016, UASG: 113214, Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC);

5.2.5. pregão 14/2019, UASG: 110001, Secretaria de Administração da Presidência da República;

5.2.6. [Decreto 5.992, de 2006](#), para fixação e padronização do custo do pernoite;

5.2.7. Documento SEI DOD 0453622, com a definição dos tipos de carros;

5.2.8. pesquisa realizada na Internet em vários pregões, além de empresas, para definição de especificações técnicas compatíveis com a realidade de mercado e que atendam a necessidade de serviço.

5.3. Em relação a cilindrada do motor de carros de passeio, considerando a dificuldade de opções do motor 1.6 em carros intermediários, adota-se o motor 1.4 em vez do requisitado no DOD 0453622.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante *poderá* realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9:00 horas às 11:30 horas e das 14:30 às 17h.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.2.2. os endereços e meios de contato estão listados no subitem 3.1 deste Termo de Referência.

6.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser efetuada cópia em CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de gravação, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. A partir da assinatura do contrato o início da execução terá início com a emissão de ordens de serviço/deslocamento, via sistema eletrônico SEI e e-mail, contendo os dados do deslocamento, agendamento da data e a quantidade prevista de diárias de locação de veículo com motorista;

- 7.1.2. Na chegada do veículo à ANM anotar-se-á em documento próprio a data e hora do início do deslocamento e a quilometragem contida no hodômetro.
- 7.1.3. No decorrer da viagem deverão ser registradas as despesas com pernoite, balsas, estacionamento, pedágios e demais eventos.
- 7.1.4. No retorno à ANM, ao fim da viagem, serão colocadas a data e hora de chegada à ANM e a quilometragem contida no hodômetro.
- 7.1.5. A ordem de serviço resultante deverá ser assinada pelo motorista e pelo servidor da ANM responsável pela viagem, ficando uma cópia em sua posse.
- 7.1.6. Os deslocamentos terão início e fim nos endereços das Regionais da ANM;
- 7.1.7. Os veículos disponibilizados deverão estar de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência e conforme categoria do veículo indicado na Ordem de serviço;
- 7.1.8. A Contratada se responsabilizará integralmente pelo abastecimento, manutenção, limpeza, documentação e seguro dos veículos;
- 7.1.9. A Contratada deverá custear o pernoite, alimentação e transporte do motorista em viagem;
- 7.1.10. Deverá ser afixado ao veículo, a manta magnética com a identificação da ANM, conforme especificações deste Termo de Referência;
- 7.1.11. Despesas com pedágios, balsas e estacionamento, e pernoites, caso hajam, serão pagas pela CONTRATANTE, e ressarcidas posteriormente pela ANM;
- 7.1.12. Sempre que for necessário, a locadora deverá executar a substituição e/ou socorro dos veículos no menor prazo de tempo, sendo as despesas por conta da locadora, ou com acionamento de seguro, com o pagamento da diária proporcional ao tempo do veículo efetivamente disponível;
- 7.1.13. No mês subsequente a Contratada deverá emitir planilha demonstrativo mensal, conforme modelo 0638983, contendo o quantitativo de diárias usadas, quilometro rodado por linha de fornecimento, e despesas extras de pedágios, balsas e pedágios, com a totalização do valor cobrado, acompanhada dos comprovantes das despesas;
- 7.1.14. Após aprovação da planilha pelo fiscal a Contratada emitirá Nota Fiscal ou Fatura para pagamento.
- 7.1.15. O motorista terá deslocamento máximo diário de 8h por dia, respeitando-se intervalo mínimo de descanso conforme legislação trabalhista e CCTs regionais;
- 7.1.16. Será utilizado como modelo de ordem de serviço o anexo contido neste Termo de Referência, ou outro documento similar, desde que em comum acordo entre a Contratante e Contratada, prevendo o período de utilização, linha de fornecimento e número simultâneo de carros, se for o caso;
- 7.1.17. É permitida a subcontratação de 30% do objeto, tendo em vista a existência de diversas unidades regionais e a distância geográfica;
- 7.1.18. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1. Definição dos atores que participarão da gestão do contrato:

- 8.1.1. O contrato será gerido pela sede da ANM, na SAF;
- 8.1.2. A fiscalização setorial do contrato será realizada pelas Unidades Regionais;
- 8.1.3. A Contratada deverá, a partir da assinatura do contrato, indicar formalmente um ou mais representantes da empresa com os dados de nome, número do documento de identidade, telefone fixo, telefone móvel e endereço de correio eletrônico.
- 8.1.4. Tal profissional servirá de elo entre a Contratada e a ANM e se responsabilizará por todas as providências solicitadas pela Administração, inerentes ao objeto, durante toda a vigência do contrato;
- 8.1.5. O preposto deverá efetuar as comunicações por escrito à ANM, no prazo de até 24 horas, de qualquer fato que impossibilite ou que de alguma forma interfira na execução das suas obrigações, sob pena de aplicação de sanções cabíveis;
- 8.1.6. O preposto deverá comunicar à ANM qualquer situação que caracterize descumprimento das obrigações constantes deste Termo de Referência;
- 8.2. A comunicação entre o órgão Contratante e Contratada ocorrerá sempre por escrito da seguinte forma:
- 8.2.1. A Contratada poderá informar um endereço de correio eletrônico para receber as comunicações da Contratante, assumindo a responsabilidade decorrente em caso de eventual perda de prazo quando do não acesso a caixa de correio informada para ciência das comunicações da Contratante.
- 8.2.2. Os mecanismos de comunicação a serem estabelecidos entre o órgão e a prestadora de serviços serão: e-mail, software de gerenciamento de demandas ou ainda ofício que poderá ser enviado via Sistema Eletrônico de Informação (SEI);
- 8.3. A forma de aferição/medição dos serviços para efeito de pagamento será feita com base nos resultados alcançados, conforme as seguintes diretrizes:
- 8.3.1. A unidade de medida adotada para pagamento dos serviços, será a DIÁRIA, item usualmente utilizada no mercado de locação e serviços de transporte.
- 8.3.2. Os pagamentos a contratada serão realizados em conformidade com o número de diárias, juntamente com o quilometro rodado, além das outras despesas previstas em planilha de custos.
- 8.3.3. Para aferição da qualidade na prestação dos serviços a mesma será acompanhada de metas e indicadores de desempenho que assegurem os resultados esperados e a correção de defeitos verificados, dentro de parâmetros compatíveis com as atividades a serem desenvolvidas, conforme Instrumento de Medição do Resultado (IMR), que segue em anexo;
- 8.3.4. O principal resultado a ser atingido com a referida contratação é garantir que haja efetiva disponibilidade de transporte com veículos em perfeito estado de conservação além da devida pontualidade dos motoristas e horário de entrega dos carros, adequando-se às necessidades da ANM;
- 8.3.5. As aferições e cálculo de glosas em virtude de serviços não prestados adequadamente estão listados no Instrumento de Medição do Resultado (IMR) presente no Anexo deste Termo de Referência. Os pagamentos serão proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas neste Termo de Referência e no IMR;
- 8.3.6. A medição dos serviços, bem como dos valores a serem pagos, seguirão a metodologia indicada neste Termo, subtraídos, caso cabível, de descontos

aferidos em consonância com o IMR.

8.3.7. Os indicadores do IMR não excluem obrigações, sanções, descontos ou glosas quaisquer referenciadas por outros itens e cláusulas do presente Termo de Referência, podendo ser aplicados cumulativamente, caso couber.

8.3.8. O representante da Contratante deverá comunicar à Contratada por escrito, o resultado da avaliação dos serviços quando verificado o cabimentos de descontos e sanções, sempre de forma anterior à emissão de boletos, faturas, notas de pagamento ou notas fiscais por parte da Contratada.

8.3.9. A Contratante promoverá mensalmente a tabulação das ocorrências constantes no Instrumento de Medição do Resultado (IMR), em anexo, de modo a identificar o percentual de aceitação dos serviços, que deverá ser aplicado ao preço contratual, após apresentação das razões da contratada.

8.3.10. O nível de aceitação dos serviços será analisado da seguinte forma:

- a) Fator de Aceitação dos serviços: 100% de avaliação dos serviços (quando somatório de ocorrências for menor ou igual a 0)
- b) Fator de Aceitação dos serviços: 99,75% de avaliação dos serviços (quando o somatório de ocorrências for igual a 1)
- c) Fator de Aceitação dos serviços: 99,5% de avaliação dos serviços (quando o somatório de ocorrências for igual a 2)
- d) Fator de Aceitação dos serviços: 95% de avaliação dos serviços (quando o somatório de ocorrências for igual a 3) cumulativamente com a penalização de advertência conforme contrato
- e) Fator de Aceitação dos serviços: 90% de avaliação dos serviços (quando o somatório de ocorrências for superior a 3) cumulativamente com a penalização de multa conforme contrato.

8.3.11. A Contratada fará jus ao percentual do valor pactuado equivalente a cada uma das cinco faixas, conforme o fator de aceitação calculado estabelecido acima.

8.3.12. A utilização do Instrumento de Medição do Resultado (IMR) não impede a Administração de acompanhar os serviços através de outros mecanismos complementares para aferir os resultados.

8.3.13. Além do redimensionamento dos pagamentos, o nível de desconformidade dos serviços ensejará penalidades à contratada e/ou a rescisão unilateral do contrato;

8.4. Adicionalmente, serão utilizados os seguintes mecanismos de controle para fiscalizar a prestação dos serviços:

8.4.1. fiscalização in loco rotineira, diária, semanal, mensal, ao final de cada realização de viagem, mediante utilização de listas de verificação de conformidade, relatórios circunstanciados diários, semanais ou mensais, aplicando-se o IMR;

8.4.2. A fiscalização da execução dos serviços abrange todos os procedimentos relativos aos indicadores de qualidade e desempenho definidos neste Termo de Referência, sob pena de glosa da respectiva fatura quando do não cumprimento.

8.5. O procedimento de verificação do cumprimento, por parte da contratada, da manutenção das condições de habilitação durante a vigência do contrato ocorrerá da seguinte forma:

8.5.1. consulta a cadastros oficiais de aplicação de sanções (SICAF, CEIS,

CNEP, CNIA, Inidôneos TCU e CADIN);

8.5.2. consulta da situação da habilitação jurídica e da regularidade fiscal e trabalhista;

8.5.3. registros, notificações ou ocorrências referente ao acompanhamento dos serviços e comunicações ou relatos testemunhais à fiscalização do contrato.

8.6. Sem prejuízo de outras formas, com vistas ao recebimento provisório e definitivo do objeto da contratação será utilizada a seguinte metodologia de avaliação:

8.6.1. a fiscalização in loco rotineira, diária, semanal, mensal, ao final de cada realização de viagem, mediante utilização de listas de verificação de conformidade, relatórios circunstanciados diários, semanais ou mensais, aplicando-se o IMR;

8.7. Definição das sanções, glosas e condições para rescisão contratual, devidamente justificados e os respectivos procedimentos para a aplicação, estão previstos no corpo deste Termo de Referência.

8.8. Definição das garantias de execução contratual, estão previstas no corpo deste Termo de Referência.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Conforme o tipo do serviço a ser executado e as medidas e equipamentos de segurança requeridos, caso a caso, a Contratada deverá disponibilizar aos seus profissionais os Equipamentos de Proteção Individual ou Coletivo (EPI/EPC) necessários, devendo ser adequados e dimensionados pela Contratada para a boa execução dos serviços em observância às normas legais de segurança e proteção aplicáveis (Lei Nº. 6.514, de 1977);

9.1.1. Os equipamentos e acessórios deverão ser novos, de primeiro uso, rigorosamente de acordo com as especificações mínimas estabelecidas em normas técnicas;

9.1.2. É vedado à Contratada o repasse aos seus profissionais dos custos de qualquer item dos EPI's/EPC's e seus complementos;

9.1.3. A Contratada deverá fornecer identificação aos seus empregados para acesso as dependências da Contratante;

9.2. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário, não sendo a lista exaustiva:

9.2.1. uniforme do motorista;

9.2.2. combustível;

9.2.3. óleo lubrificante;

9.2.4. líquido de arrefecimento;

9.2.5. toda e qualquer despesa de material e serviço envolvido na manutenção preventiva e corretiva dos veículos;

9.2.6. seguro.

9.3. A lista de equipamentos, materiais, ferramentas, utensílios, acessórios, etc., descritos é indicativa e não exaustiva, devendo ser adequada e dimensionada pela Contratada para a boa execução dos serviços, ficando sob sua responsabilidade o fornecimento de quaisquer outros itens que se fizerem necessários, mesmo que não mencionados.

9.3.1. Todos os equipamentos, materiais, ferramentas, utensílios, acessórios,

etc. devem ser fornecidos pela Contratada no momento da implantação dos serviços, devendo ser substituídos ou complementados no prazo máximo de vinte e quatro horas sempre que apresentarem defeito, necessitarem de reparos ou se mostrarem insuficientes.

9.3.2. Os equipamentos, materiais, ferramentas, utensílios, acessórios, etc. necessário à prestação dos serviços deverá, obrigatoriamente, pertencer à primeira linha (maior qualidade) disponível no mercado e obedecer aos critérios técnicos estabelecidos pelos órgãos de regulamentação e controle.

9.3.3. A responsabilidade pela guarda e manuseio dos equipamentos, materiais, ferramentas, utensílios, acessórios, etc. a serem utilizados na prestação dos serviços ficará a cargo da empresa Contratada, devendo seu uso ser acompanhado pela Fiscalização do Contrato.

9.3.4. Identificar todos os os equipamentos, materiais, ferramentas, utensílios, acessórios, etc. de sua propriedade de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Administração.

9.3.5. A Administração indicará local para entrega dos veículos, para a partida em viagem, e retorno.

9.3.6. Os equipamentos, materiais, ferramentas, utensílios, acessórios, etc. serão sempre submetidos à apreciação da Fiscalização do Contrato, que poderá, a qualquer tempo e sem que caiba direito de recurso ou indenização, solicitar a substituição dos mesmos, caso não apresentem o rendimento ou eficiência adequados ou qualidade desejada.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1. será efetuado o pagamento por diária do uso de veículo, o o qual é composta pelo valor do aluguel e pelo valor do custo do motorista, conforme a linha de fornecimento (caminhonete 4x4, SUV, passeio);

10.1.2. adicionalmente haverá o pagamento à CONTRATADA dos custo da hospedagem, pedágios, estacionamento, por ocorrência de evento;

10.1.3. igualmente a ANM pagará por quilometro rodado, de modo a suportar os gastos com combustível, de acordo com a especificações deste Termo de Referência,;

10.1.4. veículo 4x4 uso médio diário de 250km, podendo variar para mais ou para menos;

10.1.5. veículo SUV uso médio diário de 250km, podendo variar para mais ou para menos;

10.1.6. veículo de passeio uso médio diário de 100km, podendo variar para mais ou para menos;

10.1.7. o uso médio diário é apenas estimativo, para elaboração das propostas, sendo o valor de pagamento de diária fixo, com o pagamento adicional do quilometro rodado, pela CONTRATANTE;

10.1.8. o histórico de uso diário da frota própria da ANM em 2018 foi a seguinte:

UF	Quantidade de dias / ano de uso de veículos em 2018
----	---

RS	109
BA	213
SC	220
PA	667
MT	270
MG	717
GO	323
SP	93

10.1.9. a estimativa do uso diário da frota própria da ANM até 31/12/2019, é de:

UF	Quantidade estimada de dias / ano de uso de veículos em 2019
RS	109
BA	100
SC	149
PA	378
MT	181
MG	543
GO	372
SP	74

10.1.10. A quantidade máxima estimada anual de diárias referente a execução contratual por Regional da ANM e categoria de veículo é a seguinte:

RS	-Serviço de locação de veículo tipo caminhonete C/ MOTORISTA (L200, Ranger, S10, etc.)	67
	-Serviço de locação de veículo tipo SUV C/ MOTORISTA (Tracker, EcoSport, Duster, etc.)	34
	-Serviço de locação de veículo de passeio Flex 1.4 C/ MOTORISTA (Gol, Uno, Sandero, etc.)	8
BA	-Serviço de locação de veículo tipo caminhonete C/ MOTORISTA (L200, Ranger, S10, etc.)	65
	-Serviço de locação de veículo tipo SUV C/ MOTORISTA (Tracker, EcoSport, Duster, etc.)	22
	-Serviço de locação de veículo de passeio Flex 1.4 C/ MOTORISTA (Gol, Uno, Sandero, etc.)	13
SC	-Serviço de locação de veículo tipo caminhonete C/ MOTORISTA (L200, Ranger, S10, etc.)	130
	-Serviço de locação de veículo tipo SUV C/ MOTORISTA (Tracker, EcoSport, Duster, etc.)	13
	-Serviço de locação de veículo de passeio Flex 1.4 C/ MOTORISTA (Gol, Uno, Sandero, etc.)	6
PA	-Serviço de locação de veículo tipo caminhonete C/ MOTORISTA (L200, Ranger, S10, etc.)	230
	-Serviço de locação de veículo tipo SUV C/ MOTORISTA (Tracker, EcoSport, Duster, etc.)	99
	-Serviço de locação de veículo de passeio Flex 1.4 C/ MOTORISTA (Gol, Uno, Sandero, etc.)	49
	-Serviço de locação de veículo tipo caminhonete C/ MOTORISTA (L200, Ranger, S10, etc.)	111

MT	-Serviço de locação de veículo tipo SUV C/ MOTORISTA (Tracker, EcoSport, Duster, etc.)	55
	-Serviço de locação de veículo de passeio Flex 1.4 C/ MOTORISTA (Gol, Uno, Sandero, etc.)	15
MG	-Serviço de locação de veículo tipo caminhonete C/ MOTORISTA (L200, Ranger, S10, etc.)	70
	-Serviço de locação de veículo tipo SUV C/ MOTORISTA (Tracker, EcoSport, Duster, etc.)	349
	-Serviço de locação de veículo de passeio Flex 1.4 C/ MOTORISTA (Gol, Uno, Sandero, etc.)	124
GO	-Serviço de locação de veículo tipo caminhonete C/ MOTORISTA (L200, Ranger, S10, etc.)	112
	-Serviço de locação de veículo tipo SUV C/ MOTORISTA (Tracker, EcoSport, Duster, etc.)	186
	-Serviço de locação de veículo de passeio Flex 1.4 C/ MOTORISTA (Gol, Uno, Sandero, etc.)	74
SP	-Serviço de locação de veículo tipo caminhonete C/ MOTORISTA (L200, Ranger, S10, etc.)	38
	-Serviço de locação de veículo tipo SUV C/ MOTORISTA (Tracker, EcoSport, Duster, etc.)	19
	-Serviço de locação de veículo de passeio Flex 1.4 C/ MOTORISTA (Gol, Uno, Sandero, etc.)	17
Quantidade total estimada de diárias a serem utilizadas por cada Regional / ano		1906

10.2. O número máximo de carros simultâneos em uma mesma ordem de serviço será de 3 (três) veículos;

10.3. O número médio de diárias por deslocamento será de 5 dias, de segunda a sexta-feira, com 4 pernoites;

10.4. Poderá ocorrer deslocamento com apenas 1 diária de utilização de veículo;

10.5. Haverá deslocamento máximo de 8h por dia, no intervalo das 8h até 18h, de segunda até sexta, devendo o motorista efetuar pausa para intervalo de almoço, café e descanso conforme a necessidade, não admitindo-se a extensão da jornada, a fim de preservar o descanso e segurança dos servidores e motorista.

10.6. Em casos excepcionais, as horas extras, desde que justificadas, por necessidade de viagem, serão autorizadas, com pagamento complementar efetuado da ANM para a Contratada, sendo que a hora-extra do motorista será calculada na proporção de 1/8 (um oitavo) da diária, acrescida de cinquenta por cento.

10.7. Em casos excepcionais, o deslocamento noturno, desde que justificado, por necessidade de viagem, será autorizado, com pagamento complementar efetuado da ANM para a Contratada, sendo que a hora-extra do motorista será calculada na proporção de 1/8 (um oitavo) da diária acrescida de setenta por cento.

10.8. O número de diárias a ser pago, ocorrerá por dia de utilização de veículos, no período intercorrido máximo de 24 horas, sendo que para cada hora excedente se calculará 1/6, limitado ao valor de uma diária, por exemplo:

10.8.1. viagem de segunda até sexta, saída 9h-segunda, volta 18h-sexta para a sede da Regional: pagamento de cinco diárias;

10.8.2. viagem de segunda até sexta, saída 15h-segunda, volta 15h-sexta para a sede da Regional: pagamento de quatro diárias;

10.8.3. viagem de um dia, com saída às 9h e volta 18h, no mesmo dia: pagamento de uma diária;

10.8.4. viagem de dois dias, com saída às 10h e volta às 10h no dia

subsequente: pagamento de uma diária;

10.8.5. viagem de dois dias, com saída às 10h e volta às 9h no dia subsequente: pagamento de uma diária;

10.8.6. viagem de dois dias, com saída às 10h e volta às 11h no dia subsequente: pagamento de uma diária e 1/6 de de excedente.

10.8.7. A responsabilidade pela entrega e retirada dos veículos é de responsabilidade da Contratada, sendo os horários contados a partir da chegada dos veículos nas Regionais.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Arquivar, entre outros documentos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993;

11.12. Não permitir a extensão da jornada dos motoristas terceirizados, não sendo autorizado hora extra ou noturna, salvo necessidade de serviço devidamente justificada.

11.13. Destinar local para a entrega dos veículos nos dias de partida e retorno do período de locação.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente,

cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações descritas neste Termo e seus anexos.

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação;

12.23. proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de mão de obra para o quadro da empresa.

12.24. disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente registrada, para a prestação dos serviços, bem como os materiais e equipamentos necessários à execução das atividades relativas à contratação.

12.25. observar a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas da categoria profissional e as normas internas de segurança e saúde do trabalho.

12.26. fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em bom estado de utilização aos seus funcionários, prezando pela saúde e segurança durante a execução da prestação dos serviços.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, tendo em vista a existência de diversas unidades regionais e as distâncias geográficas a serem percorridas.

13.2. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação

13.3. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

13.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, no caso de fornecimento de combustível, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até 5 dias corridos do mês subsequente, a CONTRATADA deverá entregar primeiramente planilha demonstrativo, conforme modelo sugerido contido neste processo, ou ainda outro acordado entre a ANM e a CONTRATANTE, com o uso dos veículos locados, quilometro rodado e despesas de pernoite, hotel, balsas, estacionamentos e pedágios.

16.3. Para as despesas de pernoite, hotel, balsas, estacionamentos e pedágios deverá vir adicionalmente a documentação comprobatória.

16.4. O fiscal de contrato anteriormente à emissão da nota fiscal, no caso de existência de

ocorrência de IMR, deverá comunicar a empresa para glosa de pagamento.

16.5. Somente após a aprovação e conferência do Fiscal de Contrato da planilha, documentações e averiguação da qualidade do serviço, mediante IMR, autorizará a emissão da Nota Fiscal, indicando o valor a ser pago.

16.6. No prazo de até 5 dias corridos do mês subsequente, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual, contendo a Nota Fiscal com o detalhamento do número e tipo de diárias de locação fornecidos;

16.7. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.7.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.7.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

16.7.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.7.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.7.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.7.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.7.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

I - Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia

16.8. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.8.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.8.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.8.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.10. A critério da Administração, a fiscalização e gestão do contrato poderá ser realizada por um único Servidor, desde que a fiscalização não seja prejudicada, com prazo máximo de aceite em 10 (dez) dias úteis da entrega da Nota Fiscal.

16.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência, podendo ser dispensando, caso a fiscalização seja efetuada por um único servidor.

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1. o prazo de validade;

17.4.2. a data da emissão;

- 17.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 17.4.4. o período de prestação dos serviços;
- 17.4.5. o valor a pagar; e
- 17.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 17.6.1. não produziu os resultados acordados;
- 17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

- 17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6/100)	I = 0,00016438
		365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

18. REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irrevogáveis prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.1.1. Dentro do prazo de um ano a partir da data limite de elaboração da proposta, os preços contratados serão passíveis de reajuste, aplicando-se o índice IPCA anual acumulado do exercício anterior;

18.1.2. Caso o contrato seja prorrogado, ou extinto, sem solicitação de reajuste, o reajuste será objeto de preclusão.

18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será sempre contado a partir da data limite de apresentação das propostas.

18.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.5. O reajuste será realizado por apostilamento ou Termo Aditivo, se solicitado em conjunto com a prorrogação contratual.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

19.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

19.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia

acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

19.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

19.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

19.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

19.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

19.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

19.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

19.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

19.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

19.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

19.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia (Fazenda).

19.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

19.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

19.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

19.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

19.12. Será considerada extinta a garantia:

19.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

19.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

19.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

19.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma

prevista no neste Edital e no Contrato.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- 20.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 20.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 20.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 20.1.5. cometer fraude fiscal.

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2. **Multa de:**

20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

20.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

20.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 20.1 deste Termo de Referência.

20.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3. As sanções previstas nos subitens [acima](#) poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **08 (oito)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

21.3.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

21.3.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua

atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

21.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.4.1. Valor Global: R\$ **1.324.487,82** (um milhão, trezentos e vinte e quatro mil quatrocentos e oitenta e sete reais e oitenta e dois centavos).

21.4.2. Valores unitários:

21.4.2.1. Item 1: R\$ 832,89;

21.4.2.2. Item 2: R\$ 637,59;

21.4.2.3. Item 3: R\$ 469,32.

21.4.3. Haverá análise quanto a exequibilidade em planilha de custos, cabendo a Licitante efetuar os ajustes conforme determinação do Pregoeiro.

21.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço unitário da diária.

21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

22.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo, conforme demonstrado no subitem 1.3 deste Termo.

22.1.1. R\$ **1.324.487,82** (um milhão trezentos e vinte e quatro mil quatrocentos e oitenta e sete reais e oitenta e dois centavos).

22.2. Tal valor foi obtido a partir de pesquisas no painel de preços, consulta a tabela SICRO DNIT, custo de pernoite do servidor federal, custo do combustível da tabela ANP, consumo médio de veículos do INMETRO, conforme justificado no Mapa de Preços SEI 0638461

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

23.1. As despesas inerentes a esta contratação correrão à conta das dotações aprovadas em Leis Orçamentárias destinadas a Agência Nacional de Mineração, a serem classificadas quando da contratação, conforme permissivo constante do § 2º, art. 7º, do Decreto nº 7.892, de 2013, in verbis:

“Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.”

23.2. A comprovação da dotação orçamentária deverá ser demonstrada antes da assinatura do contrato ou ordem de compra, segundo determina a Orientação Normativa nº 20 da AGU, de 2009.

24. ANEXOS

24.1. Estudo Técnico Preliminar (ETP) - Doc SEI (0638329).

24.2. Instrumento de Medição de Resultado (IMR) - Doc SEI (0638877).

24.3. Modelo de Ordem de Serviço (OS) - Doc SEI (0638943).

Elaborado por:

Vitor Jackson Xavier Filho

Integrante da Equipe de Planejamento da Contratação

GER/RS

De Acordo:

Marco Aurélio Miranda de Alencar

Integrante da Equipe de Planejamento da Contratação

De Acordo:

Ednaldo Soares Leite Rodrigues

Integrante da Equipe de Planejamento da Contratação

SEDE/DF

De Acordo:

Hélio Nascimento Silva

Integrante da Equipe de Planejamento da Contratação

SEDE/DF

Aprovado por:

José Antônio Alves

Superintendente de Produção Mineral - SPM

Autoridade Competente da Área Demandante



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Jackson Xavier Filho, Membro da Equipe Nacional de Licitações**, em 16/10/2019, às 08:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ednaldo Soares Leite Rodrigues, Chefe de Divisão de Recursos Logísticos**, em 17/10/2019, às 09:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Helio Nascimento Silva, Plano Especial de Cargos (art. 3º da Lei 11.046/2004)**, em 17/10/2019, às 09:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **José Antonio Alves dos Santos, Superintendente de Produção Mineral**, em 17/10/2019, às 18:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site www.anm.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **0638875** e o código CRC **1AB22988**.